



RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO TOMADA DE PREÇOS
N.º 003/2020

RECORRENTE: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º. 003/2020

ASSUNTO: Resposta ao Recurso Administrativo.

Trata-se de resposta ao Recurso Administrativo interposto pela empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI, CNPJ: 15.984.883/0001-99, contra decisão da Comissão Permanente de Licitação que HABILITOU a empresa CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA, CNPJ: 10.499.738/0001-07.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Em primeiro lugar, tem-se que o recurso apresentado pela empresa supracitada é tempestivo, visto que foram respeitados os prazos previstos no Edital do certame e na legislação vigente. Em sede de contrarrazões a licitante CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA, CNPJ: 10.499.738/0001-07 não se manifestou. Assim, procederemos à análise dos fatos.

II - DO RECURSO

Alega a Recorrente ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI, a ilegalidade na decisão que habilitou a empresa CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA, CNPJ: 10.499.738/0001-07, em razão da recorrida encontrar-se inscrita no CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS, ficando desta forma impedida de



participar de procedimentos licitatórios, conforme previsto no subitem 3.4, alínea “e” do Edital, bem como no artigo 87, IV da Lei 8.666/93.

No mais, em sede de contrarrazões, a empresa CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA, CNPJ: 10.499.738/0001-07, deixou transcorrer o prazo legal sem apresentar qualquer manifestação.

É em síntese o relatório.

III - DA ANÁLISE DO RECURSO

Primeiramente, vale ressaltar que a constatação da situação indicada no subitem 3.4, alínea “e”, é efetuada após o encerramento da etapa competitiva, através de consulta ao Sistema Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), ou quando arguida em sede de Recurso.

Pois bem, de acordo com documentação apresentada pela empresa recorrente e após consulta no CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS, observou-se que a empresa recorrida CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA encontra-se inscrita no referido órgão pela fundamentação legal constante no Artigo 87, inciso IV, da Lei 8.666/93, com abrangência em todas as esferas e em todos os poderes.

Assim, de acordo com o entendimento do TCU, a sua aplicação tem abrangência sobre toda a Administração Pública, na forma do art. 6º, XI, da Lei nº 8666/93, compreendida como a “a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas”.



No mesmo sentido corrobora a decisão do Superior Tribunal de Justiça no REsp 520.553/RJ, vejamos:

*“(…) Cuida-se da repercussão, nas diversas esferas de governo, da declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, prevista na Lei de Licitações, como sanção por descumprimento do contrato administrativo. Não se trata da sanção por ato de improbidade de agente público (art. 12 da Lei n. 8.429/1992), cujos efeitos a jurisprudência do STJ limita à esfera municipal. A definição do que seja Administração Pública para esse específico fim consta do art. 6º, XI, da Lei n. 8.666/1993. Vê-se, então, que o legislador conferiu-lhe grande abrangência, e a consequência lógica da amplitude do termo utilizado é que a inidoneidade vale perante qualquer órgão público do país. Assim, se uma sociedade empresária forneceu remédios adulterados a um município, declarada sua inidoneidade, não poderá fornecer medicamentos à União. Desponta o caráter genérico da referida sanção cujos efeitos irradiam por todas as esferas de governo. Precedentes citados: EDcl no REsp 1.021.851-SP, DJe 6/8/2009; REsp 174.274-SP, DJ 22/11/2004, e REsp 151.567-RJ, DJ 14/4/2003. **REsp 520.553-RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 3/11/2009.**” (Grifo nosso)*

Nessa senda, o Superior Tribunal de Justiça compreende que os efeitos da **suspensão temporária** alcançam todos os órgãos da administração:

A limitação dos efeitos da ‘suspensão de participação de licitação’ não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública. (REsp 151.567/RJ, DJ 14/04/2003) (Grifo nosso)

Assim, infere-se da leitura dos dispositivos que o legislador conferiu maior abrangência à declaração de inidoneidade ao utilizar a expressão Administração Pública, definida no art. 6º da Lei 8.666/1993. Dessa maneira, consequência lógica da amplitude do termo utilizado é que a empresa licitante é inidônea perante qualquer órgão público do País.



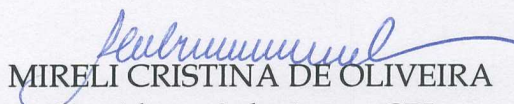
IV - DA CONCLUSÃO

Face ao exposto e, em decorrência das razões apresentadas, esta Comissão Permanente de Licitação, através de sua Presidente Substituta, julga o RECURSO apresentado pela empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI como TEMPESTIVO, e **TOTALMENTE PROCEDENTE** e decide pela INABILITAÇÃO da licitante CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA, CNPJ: 10.499.738/0001-07, sendo, pois, o entendimento que submete-se a análise da autoridade superior competente para proferir decisão definitiva.

Assim, faço subir o presente recurso para julgamento, conforme art. 109, §4º da Lei nº. 8.666/93.

É o que se cabia decidir e informar.

Caldas Novas – GO, 09 de Setembro de 2020.


MIRELI CRISTINA DE OLIVEIRA
Presidente Substituta - CPL
Decreto N.º 473/2020

Sanção Aplicada - CEIS

Data da consulta: 09/09/2020 09:30:28

Data da última atualização: 09/09/2020 05:10:22

Quantidade de sanções encontradas: 1

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da ReceitaCONSTRUTORA SAO BENTO LTDA - 10.499.738/0001-07
CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA**Nome informado pelo
Órgão sancionador**CONSTRUTORA SÃO
BENTO LTDA**Nome Fantasia**CONSTRUTORA SAO
BENTO

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sançãoINIDONEIDADE - LEI DE
LICITAÇÕES**Fundamentação legal**ART. 87, INCISO IV, LEI
8666/1993**Descrição da fundamentação legal**

PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: IV - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DA PUNIÇÃO OU ATÉ QUE SEJA PROMOVIDA A REABILITAÇÃO PERANTE A PRÓPRIA AUTORIDADE QUE APLICOU A PENALIDADE, QUE SERÁ CONCEDIDA SEMPRE QUE O CONTRATADO RESSARCIR A ADMINISTRAÇÃO PELOS PREJUÍZOS RESULTANTES E APÓS DECORRIDO O PRAZO DA SANÇÃO APLICADA COM BASE NO INCISO ANTERIOR.

Data de início da sanção17/10/2019**Data de fim da sanção**17/10/2021**Data de publicação da
sanção**

17/10/2019

PublicaçãoDIÁRIO OFICIAL DA
UNIÃO SEÇÃO 3 PAGINA
173**Detalhamento do meio de
publicação****Data do trânsito em
julgado**

25/09/2019

Número do processo

1494/2019 E 52B/14

**Abrangência definida em
decisão judicial**TODAS AS ESFERAS EM
TODOS OS PODERES**Observações**

DECISAÇÃO ADM 1494/2019 DE 25/09/2019

ÓRGÃO SANCIONADOR

NomePREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA RITA DO
ARAGUAIA - GO**Complemento do órgão
sancionador**FUNDO MUNICIPAL DE
SAUDE**UF do órgão sancionador**

GO

ORIGEM DA INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade**Endereço**

h

PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA RITA DO
ARAGUAIA - GO

RUA ABÍLIO ALVES
FERREIRA, Nº 790,
CENTRO, SANTA RITA DO
ARAGUAIA-GO CEP:
75840-000

**Contatos da origem da
informação**

64 3635-7000

E-mail

SECRETARIAADM.SANTA
RITAAIA@GMAIL.COM;

**Data de registro no
sistema**

26/05/2020

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 08/09/2020 09:11:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CONSTRUTORA SAO BENTO LTDA**
CNPJ: **10.499.738/0001-07**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Inidoneidade - Lei de Licitações (17/10/2021) - Prefeitura Municipal de Santa Rita do Araguaia - GO

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2019

Processo Nº 4156/2019. Tomada De Preços: N° 007/2019. Contratante: FMS. Contratada: Executiva Engenharia EIRELI, CNPJ 15.184.311/0001-25. Objeto Da Contratação: Reforma Por Empreitada Global E Integral Da Unidade Básica De Saúde Do Setor Santa Luzia No Município De Piranhas - GO, Referente Ao Convênio Federal - PROPOSTA Nº 02441.1850001/18-007. Dotação Orçamentária: 10.122.1094.1.012-4.4.90.51.00. Ficha: 0303. Fonte:121. Vigência: Até 10 De Outubro De 2020. Valor: R\$ 302.701,30 (Trezentos E Dois Mil, Setecentos E Um Reais E Trinta Centavos). Data Da Assinatura: 16/10/2019. Assinaturas: Neusa Aparecida Porto Ferreira Gestora FMS, Executiva Engenharia EIRELI - Daniel Neves Da Silva Ferreira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE

AVISO DE SUSPENSÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 4/2019

A Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO, torna público para conhecimento dos Interessados, a SUSPENSÃO da Concorrência Pública 004/2019, que aconteceria dia 22/10/2019, às 09h, publicada no dia 18 de setembro de 2019, na seção 3, pág. 181, edição de quarta-feira, e que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de empreitada global, para conclusão da construção do Centro de Iniciação ao Esporte CIE no Município de Rio Verde/GO, conforme termo de compromisso nº 0425818-77/2014/PAC/ME, especificações do Termo de Referência, Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Estimativa Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos anexos ao processo.

MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br, e Sala de Licitação situada na Av Presidente Vargas, n. 3215 Vila Maria, CEP: 75.905-900, Rio Verde/GO. Fone: 64-3602-8021, 3602-8070 em horário de expediente.

Rio Verde-Goiás - GO, 15 de outubro de 2019.

MARCIO HELOISO DA SILVA
Presidente da Comissão

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo de Aditivo do Contrato nº 242/2018; Concorrência Pública nº 003/2018; Processo nº 558098/2019; Objeto: 3º Aditivo para prorrogação do prazo de execução e vigência da contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o Regime de Empreitada Global, para recapeamento asfáltico em CBUQ, no Bairro Jardim Helena, conforme contrato de repasse com Ministério das Cidades nº 837921/2016, Operação 1035012-27 em Rio Verde GO, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano; Base Legal Lei nº 8.666/93 e lei nº 10.520/2002; Partes: Prefeitura Municipal de Rio Verde GO e Triskle Construtora Eireli ME; Data da Assinatura: 14/10/2019; Prorrogado prazo de execução do contrato até dia 31/07/2020 e vigência do instrumento primitivo até 30/09/2020; Signatários: Dannillo da Cunha Pereira pelo contratante e Renata Strama Baroudi Alvarenga pela contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2019

Objeto: Aquisição de veículo Caminhão, em conformidade com o Edital, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Pecuária - Contrato de Repasse OGU nº 877591/2018 - Operação 1060641-83 - Programa Agropecuária Sustentável. Modalidade: Pregão Presencial nº 04/2019. Fundamentação Legal: Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93. Contratante: Município de Santa Isabel/GO. Contratada: M. R. CAMINHOES LTDA, CNPJ Nº 10.719.737/0001-12. Valor: R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais). Assinatura do Contrato: 08/10/2019. Vigência: de 08/10/2019 a 31/12/2019. Dotação: 03.07.20.601.1115.1.137-4.4.90.52 (123) (100).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA

AVISO DE PENALIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE Nº 1.494/2019

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA - GO, neste ato representado por sua Prefeitura Municipal, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, informa a APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DE MULTAS, SUSPENSÃO DO DIREITO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÕES/CONTRATOS COM O MUNICÍPIO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS e DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, que foram aplicadas à empresa CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA FPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.499.738/0001-07, com sede na Avenida Guarujá nº 740, sala 01, bairro Jardim Atlântico na cidade de Goiânia - GO. O inteiro teor da Decisão encontra-se publicado no seguinte endereço eletrônico: <http://acessoainformacao.santaritadearaguaia.go.gov.br/cidadao/legislacao/portaria/id=2050>, bem como no Diário Oficial dos Municípios nº 1944, Ano VIII, mantido pela Associação Goiana dos Municípios/AGM-GO no dia 27 de setembro de 2019 disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/egm/>. Nada Mais.

Santa Rita do Araguaia - GO, 11 de outubro de 2019.
TÂNIA MARIA TOLEDO SALGUEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE GOIÁS

EXTRATOS DE CONTRATO

Contrato nº 57/2019. OBJETO: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS, torna público o Extrato do Contrato n. 057/2019, Secretaria: Infraestrutura e Transportes; Base Legal: Lei 8.666/93; Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de Recapeamento asfáltico no município de Santo Antônio de Goiás - GO, conforme Convênio MCidades 881163/2018 CR Caixa n° 881163/2018/MCidades/Caixa, nos moldes do projeto, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e Termo de Referência anexos ao processo (Lote I); Contratado(a): CONSTRUTORA RASSI LTDA, CNPJ n. 10.423.947/0001-69, Valor: R\$ 403.141,04 (quatrocentos e três mil e cento e quarenta e um reais e quatro centavos). O processo encontra-se com vistas franqueadas aos interessados.

Contrato nº 58/2019. Objeto: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS, torna público o Extrato do Contrato n. 058/2019, Secretaria: Infraestrutura e Transportes; Base Legal: Lei 8.666/93; Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de Recapeamento asfáltico no município de Santo Antônio de Goiás - GO, conforme Convênio MCidades 866889/2018 e CR Caixa n. 866889/2018/ MCidades/ Caixa, nos moldes do projeto, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e Termo de Referência anexos ao processo (Lote II); Contratado(a): CONSTRUTORA RASSI LTDA, CNPJ n. 10.423.947/0001-69, Valor: R\$ 341.253,15 (trezentos e quarenta e um mil e duzentos e cinquenta e três reais e quinze centavos). O processo encontra-se com vistas franqueadas aos interessados.

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019-SRP

A Prefeitura Municipal de Amapá do Maranhão- MA, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, do tipo Menor Preço por Item, que tem objeto a contratação de empresa para futuras e eventuais aquisições de materiais elétricos para a rede de iluminação pública e outros do município. Data da Abertura: 30/10/2019 às 09:00 horas. De acordo com a Lei nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e subsidiariamente no que couber a Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital poderá ser consultado e adquirido, na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Av. Tancredo Neves, s/n, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CPL.

Amapá do Maranhão-MA, 16 de outubro de 2019.

SILAS RIBEIRO GONÇALVES
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2019 - SRP

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, do Município de Balsas - MA, avisa aos interessados que realizará na sede da Prefeitura Municipal situada na Praça Professor Joca Rego, 121, Centro, C. E. P.: 65.800-000. Balsas - MA, Licitação Pública na modalidade abaixo discriminada na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, e demais normas pertinentes à espécie. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 13:00 horas, onde poderá ser consultado e adquirido gratuitamente, conforme especificações abaixo. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço acima, pelo telefone (0**99) 3541 2197, ramal 219 ou e-mail: cpbalsas2017@gmail.com.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 49/2019	Data/Hora de Abertura 13/11/2019 - 08h30min. Tipo: Menor Preço Item
Objeto: Registro de preços com vistas a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento e prestação de serviços de recarga, manutenção, instalação e sinalização de equipamentos de combate a incêndios, a serem executados em diversos órgãos do Município de Balsas/MA.	

Balsas-MA, 16 de outubro de 2019.
HIGINO LOPES DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU

EXTRATO DE CONTRATO

Ref. Processo Administrativo nº 023/2019, CONTRATO nº24/2019. OBJETO: execução dos serviços de Reforma e Ampliação do Cais no município de Conceição do Lago Açu - MA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO LAGO AÇU/MA. CNPJ N.º 01.612.544/0001-77. CONTRATADO: J. JACKSON PEREIRA LEITE - ME, inscrita no CNPJ nº 00.319.607/0001-39. VALOR GLOBAL: R\$ 297.501,92 (Duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e um reais e noventa e dois centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 03 (três meses). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ministério do Turismo; Convênio nº 798116/2013; PROPOSTA 047378/2013; NATUREZA DA DESPESA: 449051; Contrapartida 02- Poder Executivo; 0205 Sec. Mun. De Obra e Infra Estrutura; 15 452 0059 1 026. Construção e /ou Reforma de Prédios e Logradouros Públicos; 449051 Obras e Instalações. DATA DA ASSINATURA: 04 de outubro de 2019.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2019

Após analisar a Proposta de Preço da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 07/2019 Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços de Reforma e Ampliação do Cais no município de Conceição do Lago Açu - MA, e em conformidade com o anexo I do edital do mesmo, a Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas tendo em vista o resultado apresentado no Processo Licitatório supracitado, adjudica o objeto acima à empresa: J. JACKSON PEREIRA LEITE - ME, por ter ofertado o menor preço global, conforme proposta apresentada. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93. Faça-se então análise e parecer da Assessoria Jurídica para que o processo seja homologado.

Conceição do Lago Açu-MA, 2 de outubro de 2019.
ROGÉRIO DA SILVA SOUSA
Presidente da CPL.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2019

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o julgamento procedido pela Comissão Permanente de Licitação, as informações constantes no Termo de Adjudicação do município da Tomada de Preços nº 07/2019, e a inexistência de qualquer recurso pendente, e considerando ainda o Parecer Jurídico Final da Assessoria Jurídica Municipal ao referido processo. HOMOLOGAR a empresa: J. JACKSON PEREIRA LEITE - ME, com o valor de R\$ 297.501,92 (Duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e um reais e noventa e dois centavos), conforme indicado nos documentos em anexo.

Conceição do Lago Açu-MA, 3 de outubro de 2019.
DIVINO ALEXANDRE DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2019

A Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado de habilitação da Tomada de Preços Nº 002/2019 em sessão realizada em 16 de outubro de 2019 às 10hrs (dez horas), cujo objeto é Contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços de consultoria, elaboração de projetos e assessoramento referente ao transporte coletivo de passageiros no município de Imperatriz. Após análise, a Comissão declarou HABILITADA a empresa PLANUM - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA URBANA LTDA e INABILITADA a empresa: EGL ENGENHARIA LTDA, conforme relatório constante nos autos. Comunica ainda que abre o prazo de 05





PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 2019.070614

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2020

ASSUNTO: Análise do recurso administrativo apresentado pela empresa licitante ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI, nos termos do art. 109, inciso I, alíneas “a” da Lei 8.666/93.

DECISÃO

Em atendimento ao previsto no Art. 109, §4º da Lei Federal N.º 8.666/93, em análise às razões manifestadas Recurso Administrativo interposto pela ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI (CNPJ: 15.984.883/0001-99), entende-se pelo conhecimento e **PROVIMENTO** do recurso, mantendo a decisão ora proferida, utilizando – me das razões apresentadas e encaminhada pela Presidente Substituta da Comissão Permanente de Licitação, com fundamento de decidir, por **INABILITAR** a empresa recorrida **CONSTRUTORA SÃO BENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.499.738/0001-07.**

Dê-se normal prosseguimento ao feito.

Junte-se e publique-se.

Caldas Novas/GO, 09 de Setembro de 2020.

THIAGO DA COSTA PEREIRA.
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Pública de Caldas Novas - GO.